



## A TRANSCENDÊNCIA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ACOLHER

**Tatiane Dias dos Santos<sup>1</sup> Genilda Bispo Sacramento<sup>2</sup> Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva<sup>3</sup> Flávia Lorena de Souza Araújo<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Aluna Especial do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), UNEB. E-mail: [thatyane28@hotmail.com](mailto:thatyane28@hotmail.com)

<sup>2</sup> Discente do Curso Graduação em Pedagogia da UNEB. E-mail: [genildasacramento@hotmail.com](mailto:genildasacramento@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação e Contemporaneidade (Unep); Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA). Grupos de pesquisa em que atua: Núcleo de Educação Popular Paulo Freire-NEP, Uepa, E-mail: [mmiranda@unep.br](mailto:mmiranda@unep.br)

<sup>4</sup> Doutora Educação e Contemporaneidade (Unep), Professora do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA). E-mail: [flsouza@unep.br](mailto:flsouza@unep.br)

**EIXO TEMÁTICO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA EJA**

### RESUMO

O presente resumo discute a importância da educação para jovens, adultos e idosos, especialmente em espaços não escolares. De acordo com o Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em doze anos (2010 a 2022) o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4%. Já a população idosa com 60 anos ou mais chegou a 32,1 milhões de pessoas, representando 15,8% da população do país, dados que impõe aos governos e à sociedade políticas públicas para e garantir direitos que promovam o lazer, a cultura, a arte, a saúde e, sobretudo, a educação continuada para esta faixa etária. A pessoa idosa é assegurada pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) como sujeito de direitos fundamentais, incluindo o aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Contudo, o acesso e a continuidade da aprendizagem muitas vezes são limitados por barreiras físicas, intelectuais ou pelos estereótipos preconceituosos do envelhecer, que historicamente atrelaram a educação exclusivamente ao período escolar formal. Neste cenário, surge a questão central desta pesquisa: Como a educação de jovens, adultos e idosos (EJA/EJI), aplicada em um espaço não escolar, pode ser uma alternativa flexível e eficaz para promover o desenvolvimento integral, a autonomia e a inclusão social dos idosos, superando as limitações do modelo tradicional de ensino e os desafios inerentes ao processo de envelhecimento? O objetivo geral deste trabalho é analisar a transcendência do conceito de educação e sua aplicabilidade prática por meio de um relato de experiência em um residencial para idosos. Os objetivos específicos incluem refletir sobre o conceito



ampliado de educação, amparado pela legislação nacional (LDB nº 9.394/96) e o Estatuto do Idoso, e descrever, ainda que brevemente, as atividades pedagógicas não formais que visaram estimular as funções cognitivas e a interação social dos residentes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com uso de revisão bibliográfica e documental. São apresentadas algumas reflexões, com lastro nas análises e estudos bibliográficos sobre o tema, além da observação, decorrentes de atividades desenvolvidas, em uma instituição particular localizada no município de Lauro de Freitas-Ba. O referencial teórico se articula em três pilares: a amplitude do conceito de educação, as bases legais da EJA e a pedagogia humanizada. O trabalho se apoia em Carlos Rodrigues Brandão (1981), cuja afirmação "A educação está em toda parte" fundamenta a tese de que o processo educativo não é neutro e se manifesta em toda interação social, transcendendo os muros da escola. A educação é vista como uma fração do modo de vida dos grupos sociais, sendo criada e recriada em diversos contextos. A diferenciação entre as modalidades de ensino é essencial, sendo utilizada a contribuição de Maria da Glória Gohn (2006; 2009), que define a Educação Não Formal como tendo intencionalidade educativa, porém é caracterizada pela flexibilidade. Esta modalidade se aprende "no mundo da vida" e em espaços coletivos, sendo complementar à educação escolar e buscando atender a necessidades específicas, como as da população idosa. Do ponto de vista pedagógico, a discussão sobre a humanização do indivíduo é ancorada em Paulo Freire (1968). O autor manifesta a importância de reconhecer todos os indivíduos como seres criativos, capazes de atuar e transformar o mundo, uma visão crucial para combater o estigma da incapacidade associada ao envelhecimento. A EJA/EJAI deve, portanto, ser um processo de ensino-aprendizagem que respeite as experiências de vida e os saberes prévios dos sujeitos. A educação, nesse sentido, é vista como um movimento pela equidade de direitos e pela devolução da cidadania, conforme a esperança expressa por Brandão (1981) no ato de educar. A EJA, em espaços não escolares, exige do educador uma abordagem diferenciada para o aprendizado e o método avaliativo pode levar em consideração a convivência, o desenvolvimento humano, o respeito mútuo e a socialização, o que exige uma metodologia que possibilite o acompanhamento individual das pessoas envolvidas. A educação não formal se organiza diferente da educação aplicada no ambiente escolar, a valorização das relações pessoais e à relevância do saber acontece por meio das práticas que por vezes é diferente do contexto formal e escolar. Os dados e resultados, oriundos das experiências vivenciadas na instituição, locus da pesquisa, ainda que parciais, posto que a intencionalidade é de aprofundar os estudos sobre a temática, ressaltam a relevância da educação em espaços não escolares, como um caminho para desenvolver conhecimentos, ampliar habilidades e proporcionar momentos de alegria e dignidade às pessoas idosas. A Educação de Jovens e Adultos, embora não seja direcionada especificamente para os idosos, esta modalidade pode ser uma ponte para que eles acessem a educação básica (fundamental e médio), além de contribuir para que estes sujeitos tenham a possibilidade inclusão social e emocional. A educação em espaços não formais refere-se a oportunidades de aprendizado fora do ambiente escolar, uma modalidade de educação complementar à educação formal que busca atender às diversas necessidades e interesses dos indivíduos e deve valorizar os saberes prévios, a história familiar, a construção social e cultural e as capacidades individuais para o exercício de uma construção significativa de educação e aprendizado. Ainda a partir dos resultados, é possível identificar a importância dos espaços não formais de educação e como esses podem contribuir para educação para jovens, adultos e idosos, especialmente, no caso do



Brasil onde o número de pessoas idosas com 60 anos ou mais representa 15,8% da população. No entanto, também se tem ainda, vários desafios a serem enfrentados, especialmente no que se refere ao papel, a formação e a qualificação de mediadores e professores, ampliação e fortalecimento de políticas públicas que assegurem claramente direitos a cultura, ao lazer, a saúde e, sobretudo, a educação continuada para esta faixa etária. Concluimos enfatizando que a educação de jovens, adultos e idosos em espaços não formais é temática rica e urgente que enseja ampliação e aprofundamento de estudos e pesquisas.

**Palavras-chave:** Educação de jovens, adultos e idosos. Educação em espaços não escolares. Relato de experiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**, Lei nº 10.741/2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, nº 9.394/1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, jun. 2006, p. 29-41.

GOHN, M.G. Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. In: **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 32, jan/abr 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos | Agência de Notícias](#). Acessado em: Fev.2025.